

## EXAME

# Eletrobras perde relevância na geração de energia do país

De 2011 para cá, a participação da empresa na capacidade instalada do país caiu de 36% para 31%

Por **Renée Pereira, do Estadão Conteúdo**

© 25 fev 2018, 11h26 - Publicado em 25 fev 2018, 09h57



Eletrobras: em sete anos, a empresa contribuiu com apenas 15% do aumento da expansão do sistema elétrico (Nadia Sussman/Bloomberg/Bloomberg)

São Paulo – Negócios malsucedidos e o constante uso político da **Eletrobras** acabaram por minar as forças da estatal na expansão do setor elétrico brasileiro. De 2011 para cá, a participação da empresa na capacidade instalada do País caiu de 36% para 31%.

Nesse período, a empresa contribuiu com apenas 15% do aumento da expansão do sistema elétrico, enquanto a iniciativa privada (e estatais estaduais) foi responsável por 85%. Para se ter ideia, quando ampliado esse período, entre 2002 e 2016, a Eletrobras participou com 28% da expansão da geração.

Os motivos para a perda de relevância no setor são variados. Historicamente, as controladas da Eletrobras sempre tiveram vida independente da holding e não prestavam contas do que faziam.

Cada uma tinha uma estratégia de investimentos, que nem sempre era rentável para o grupo. “As empresas participaram de inúmeros empreendimentos que, em vez de gerarem valor para o grupo, destruíram”, afirma o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales.

Também contribuíram para a deterioração do caixa da estatal os constantes e bilionários prejuízos das distribuidoras – que agora serão privatizadas. Mas, segundo especialistas, a gota d’água foi a MP 579, que a ex-presidente Dilma Rousseff fez para renovar as concessões do setor.

Criadas com objetivo de reduzir as tarifas de energia elétrica, as regras também abalaram o caixa das geradoras, em especial da Eletrobras. “Ao mesmo tempo, a estatal estava comprometida com grandes investimentos, como as hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte (onde detinha 49% da participação)”, afirma o professor da UFRJ, Nivalde de Castro.

Sem caixa e com compromissos elevados, a empresa foi obrigada a ficar longe dos leilões para arrumar a casa. Na outra ponta, a iniciativa privada aproveitou o espaço e ampliou a participação na geração de energia. Empresas como a italiana Enel, a franco-belga Engie, a Neoenergia e a CPFL avançaram no setor com uma série de parques eólicos e solares, além das grandes hidrelétricas e termoelétricas.

“Faz tempo que o setor deixou de depender do investimento estatal. Hoje o mais importante é ter uma regulação eficiente e previsível capaz de atrair o capital privado”, afirma Sales. Com projetos menores e mais baratos comparados às mega hidrelétricas (Belo Monte, por exemplo, vai custar mais de R\$ 30 bilhões), os parques eólicos e solares têm dado grande contribuição à expansão do sistema e elevado a participação de investidores estrangeiros.

## **Apetite**

A italiana Enel é um exemplo do interesse da iniciativa privada por esse tipo de geração. Depois de passar um tempo sem grandes projetos no País, a empresa voltou com apetite e construiu vários empreendimentos.

De junho do ano passado até agora, pôs em operação sete parques renováveis (quatro de energia solar e três complexos eólicos), que somam cerca de 1,2 mil MW. A Engie também tem interesse em eólicas, mas quer ampliar a participação na geração a gás.

Entre 2011 e 2016, a capacidade instalada que está nas mãos da iniciativa privada (e também de estatais estaduais) cresceu 37%.

Na opinião de Celso Dall’Orto, da consultoria PSR, a Eletrobras só terá novamente papel relevante no setor após sua reestruturação. “Há espaço para a empresa, mas depois de vender as SPEs e as distribuidoras e conseguir ter uma estrutura mais enxuta.

O presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr, acredita que a empresa ainda retomará o protagonismo no setor. “Com a criação da corporação, objeto do projeto de lei enviado ao Congresso, a Eletrobras vai retomar os investimentos para sustentar o crescimento e desenvolvimento econômico do País.”

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.